

# CONCORRÊNCIA

90001/2026

## CONTRATANTE (UASG)

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO (158157)

## OBJETO

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DO CAMPUS COMPLEXO DO ALEMÃO

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 28.367.748,08 (Vinte e oito milhões, trezentos e sessenta e sete mil, setecentos e quarenta e oito reais e oito centavos)

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 11/03/2026 às 09h (horário de Brasília)

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

maior desconto por global

## MODO DE DISPUTA:

aberto

## TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

## MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br  
e apresente sua proposta!

## Sumário

1. DO OBJETO .....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO .....	5
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO .....	13
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	15
9. DO TERMO DE CONTRATO .....	17
10. DOS RECURSOS .....	18
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	19
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	21
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	21

## INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

### CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026 (Processo Administrativo nº 23270.003512/2025-18)

Torna-se público que o(a) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, por meio do(a) Diretoria Adjunta de Licitações e Contratos, sediado(a) na Rua Buenos Aires, 256 – Centro – Rio de Janeiro, realizará licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

#### 1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é contratação de empresa especializada para a realização de obra para a construção e implantação do campus Complexo do Alemão, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
- 1.3. O Projeto Básico e demais arquivos e anexos referentes a essa licitação estão disponíveis no link a seguir:

<https://drive.google.com/drive/folders/1NCZuWpt9Z-1MLM6pSk4rQtYbfkrWQDbU?usp=sharing>

#### 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).
- 2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. No item 01 não será concedido nesta Licitação tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

- 2.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.7.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 2.7.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.7.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.7.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.7.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.7.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.7.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.7.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.7.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4 e 2.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.7.4 e 2.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.14. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.13.2 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

4.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

4.7.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

4.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.8.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.8.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.9.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.9.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.9.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.9.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.9.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.9.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.9.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.9.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.9.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.9.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.9.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.14.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.14.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.15.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.15.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.14 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 Valor unitário e valor total do item

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.10. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 5.11. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.
- 5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.



- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento)
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.
- 6.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3 Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.
- 6.12.4 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.5 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.6 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1 Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

6.13.2 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.3 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.4 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.5 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.6 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.7 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.20.1 Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

6.20.2 Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

6.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.21.1 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

6.21.2 O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.21.3 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.21.4 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.21.5 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.21.6 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21.7 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.23.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.23.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.23.2.1. Para fins de aplicação prática do disposto no item 6.23.2, a Administração poderá solicitar aos licitantes a apresentação de atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução de objeto compatível em características, quantidades e prazos, bem como atestem o adequado desempenho contratual, em conformidade com as obrigações assumidas.

6.23.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023;

6.23.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.

6.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.24.1 empresas brasileiras;

6.24.2 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.24.3 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.26.1 Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

6.26.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.26.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.26.4 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.26.5 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação

realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.26.6 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 Sicafe;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1 A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.5.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 7.7.1 conter vícios insanáveis;
- 7.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 7.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.7.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.7.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

- 7.9.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.9.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.10.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.10.2 No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1 Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.13.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.13.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.16. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20% (vinte por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia e deverão ser inseridos dentro do sistema do Compras.gov.br.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.10.1 O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado por e-mail para [den@ifrrj.edu.br](mailto:den@ifrrj.edu.br) com cópia para [colic@ifrrj.edu.br](mailto:colic@ifrrj.edu.br), de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.10.2 Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.11.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.12.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.13. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.13.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

8.13.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.



8.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.14.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

8.15.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.15.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.15.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1.

8.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.6.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## 10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico sipac.ifrj.edu.br

## **11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

11.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

11.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.6 fraudar a licitação;

11.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

11.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1 advertência;

11.2.2 multa;

11.2.3 impedimento de licitar e contratar e

11.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

11.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1 Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2 Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver

proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

11.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: [colic@ifrrj.edu.br](mailto:colic@ifrrj.edu.br), com cópia para [dlc@ifrrj.edu.br](mailto:dlc@ifrrj.edu.br).

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico portal.ifrj.edu.br.

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1 Anexo I - Termo de Referência;

13.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

13.11.1.2. Apêndice do Anexo I – Termo de Ciência e concordância;

13.11.2 Anexo II – Projeto Básicos e Documentos Técnicos da Área da Engenharias (Orçamentos, Planilhas e Plantas) – Disponível no Link: <https://drive.google.com/drive/folders/1NCZuWpt9Z-1MLM6pSk4rQtYbfkrWQDbU?usp=sharing>

13.11.3 Anexo III – Minuta de Termo de Contrato;

*Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2026.*

**João Paulo dos Santos Cardozo**

**Diretor Adjunto de Licitações e Contratos**

INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO

Termo de Referência 102/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
102/2025	158157-INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO	SERGIO BERNARDO DOS SANTOS	23/02/2026 17:25 (v 0.19)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Obras comuns		23270.003512/2025-18

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SERVIÇOS COM E SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, EXCETO TIC

PROJETO BÁSICO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

OBRA DE ENGENHARIA - LICITAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23270.003512/2025-18)

PROJETO BÁSICO

1.1. Contratação de empresa especializada em edificações para a construção do Campus do IFRJ Complexo de Alemão, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNID	QTD	VALOR TOTAL
1	Contratação de empresa especializada em obras de engenharia para a construção do Campus IFRJ – Complexo do Alemão, conforme projetos em BIM e demais documentos técnicos, atendendo às normas vigentes, às exigências de licenciamento e ao Programa de Necessidades da unidade.	5622	Obra	1	R\$ 28.367.748,08

1.2. O objeto da contratação tem a natureza de OBRA DE ENGENHARIA, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar (ETP), apêndice deste documento.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 36 (trinta e seis) meses, sendo 22 (vinte e dois) meses de execução de obra, conforme cronograma físico-financeiro da obra (anexo ao presente documento), contados da assinatura do Termo de Contrato, na forma do artigo 105 da Lei Nº 14.133, de 2021.

1.4. A execução dos serviços de construção deverá seguir o cronograma físico-financeiro da obra.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

#### **Classificação do objeto quanto ao modelo de execução**

1.6. O serviço é enquadrado como não contínuo ou contratado por escopo.

Obs.: as atividades listadas no presente Termo de Referência estão contempladas na Portaria n.º 443, de 27 de dezembro de 2018, editada pelo então Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e que incide o § 1º, art. 3º, do DECRETO Nº 9.507, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018, que define os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios aos serviços : I - que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle; II - que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias; III - que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e IV - que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal)

**... como possíveis de execução de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado.**

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A construção do Campus IFRJ – Complexo do Alemão justifica-se pela necessidade de ampliação da infraestrutura física da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, atendimento às metas do Plano Nacional de Educação e expansão da oferta de cursos técnicos, superiores e de formação inicial e continuada em região de alta demanda social.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

I. ID PCA no PNCP: 10952708000104-0-000009/2026;

II. Data de publicação no PNCP: 15/05/2025;

III. ID do item no PCA: 1222;

IV. Classe/Grupo: 542 - SERVIÇOS GERAIS DE CONSTRUÇÃO PARA OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL;

V. Identificador da Futura Contratação: 158157-88/2026.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, o conceito de desenvolvimento sustentável é um princípio (art. 5º) e um objetivo (art. 11º) da Lei 14.133/21, que incide nas aquisições, alienações, serviços e obras, desde a fase de planejamento até a elaboração do edital, a execução contratual e a destinação ambiental adequada dos resíduos e rejeitos. Os requisitos a seguir se alinham com o conceito de desenvolvimento sustentável inspirado na Lei 14.133/21 e, de uma forma geral, o presente Termo de Referência (Projeto Básico) adota o **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – 8ª Edição – 2025** como referência principal:

4.1.1. A contratada adotará, no que couber, as práticas de sustentabilidade ambiental dispostas na Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e na Instrução Normativa nº 01/STLI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional:



- 4.1.1.1. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços;
- 4.1.1.2. Adotar precauções específicas em relação à execução de serviços com vistas à redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental;
- 4.1.1.3. Priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução, conservação e operação das obras públicas;
- 4.1.1.4. Utilizar, sempre que possível, agregados reciclados nos serviços contratados, caso existam no mercado com capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais.
- 4.1.2. Adoção de precauções específicas em relação aos resíduos provenientes dos serviços a serem contratados como: metais, resinas, colas, tintas, madeiras, compensados, argamassa, gesso, vidros, plásticos, etc., comumente chamados de entulhos de obras, calça ou metralha” (Resolução CONAMA nº 307/2002, atentando-se para a seguinte classificação abaixo, a qual visa amparar um tratamento e destinação mais eficiente de tais materiais:
- 4.1.2.1. Classe B - são os resíduos recicláveis para outras destinações, tais como: plásticos, papel, papelão, metais, vidros, madeiras e gesso;
- 4.1.2.2. Classe C - são os resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem ou recuperação;
- 4.1.2.3. Classe D - são resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como tintas, solventes, óleos e outros ou aqueles contaminados ou prejudiciais à saúde oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros, bem como telhas e demais objetos e materiais que contenham amianto ou outros produtos nocivos à saúde.
- 4.1.3. Tendo em vista o elencado acima, devem ser observadas também as seguintes determinações:
- 4.1.3.1. Os geradores de resíduos da construção civil devem ter como objetivo prioritário a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;
- 4.1.3.2. Os pequenos geradores devem seguir as diretrizes técnicas e procedimentos do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, elaborado pelos municípios e pelo Distrito Federal, em conformidade com os critérios técnicos do sistema de limpeza urbana local (Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, com alterações introduzidas pelas Resoluções CONAMA nº 431, de 24/05/2011, e nº 448, de 18/01/2012);
- 4.1.3.3. Os resíduos não poderão ser dispostos em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota-fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por lei, bem como em áreas não licenciadas; ao contrário, deverão ser destinados de acordo com os seguintes procedimentos:
- 4.1.3.3.1. Classe B: deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- 4.1.3.3.2. Classe C: deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
- 4.1.3.3.3. Classe D: deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- 4.1.4. Adoção de precauções específicas em relação a serviços que gerem resíduos sólidos ou rejeitos, observando-se o seguinte:
- 4.1.4.1. Resíduos sólidos: “material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d’água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível” (art. 3º, XVI, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos);
- 4.1.4.2. Rejeitos: “resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada” (art. 3º, XV, da mesma lei).
- 4.1.5. Tendo em vista o elencado acima, na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.
- 4.1.6. São proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:
- 4.1.6.1. Lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;
- 4.1.6.2. Lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;
- 4.1.6.3. Queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade.
- 4.1.7. Outras formas vedadas pelo poder público para destinação e utilização de resíduos sólidos:
- 4.1.7.1. Deposição inadequada no solo;
- 4.1.7.2. Deposição em áreas sob regime de proteção especial e áreas sujeitas a inundação;
- 4.1.7.3. Lançamentos em sistemas de redes de drenagem de águas pluviais, de esgotos, de eletricidade, de telecomunicações e assemelhados;
- 4.1.7.4. Infiltração no solo sem tratamento prévio e projeto aprovado pelo órgão de controle ambiental estadual competente.
- 4.1.8. Os resíduos que puderem ser descartados para recolhimento do sistema de limpeza urbana deverão ser acondicionados de forma adequada, cabendo aos responsáveis observar as normas municipais que estabelecem as regras para a seleção e acondicionamento dos resíduos no próprio local de origem, e que indiquem os locais de entrega e coleta.
- 4.1.9. A contratada deverá utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:

- 4.1.9.1. Manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;
- 4.1.9.2. Supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;
- 4.1.9.3. Florestas plantadas;
- 4.1.9.4. E outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

4.1.10. A contratada deverá comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

- 4.1.10.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
- 4.1.10.2. Comprovantes de registro regular do fornecedor (comércio atacadista ou varejista) e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, por meio da apresentação dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021 e legislação correlata.
- 4.1.10.3. A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Gestor/Fiscal do contrato logre êxito em obtê-lo mediante consulta on-line ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo;
- 4.1.10.4. Cópia dos Comprovantes do Documento de Origem Florestal ou de autorização no Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais – Sinaflor;
- 4.1.10.5. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a Contratada deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF/Sinaflor, para fins de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual;
- 4.1.10.6. Caso os produtos ou subprodutos florestais sejam exóticos/não nativos (por exemplo, eucalipto, pinus ou teca), e caso o estado da federação não exija esse documento mesmo em tratando de espécie exótica, a Contratada deverá apresentar declaração de que é isenta de DOF, por não se tratar de madeira nativa.

#### **Requisitos Gerais:**

#### **4.2 Obrigações da contratada:**

- 4.2.1. Apresentar registro de pessoa jurídica da empresa, junto ao Conselho de Engenharia e Agronomia (CREA), e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU);
- 4.2.2. Apresentar certidão de registro de pessoa física emitida pelo respectivo conselho profissional, em nome do Arquiteto ou Engenheiro Civil a ser designado como responsável técnico pela execução do serviço;

**4.2.1.1. Apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), emitida pelo CREA ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), emitido pelo CAU, do profissional responsável técnico pela execução da obra (PREO), com a designação formal da responsabilidade técnica específica para o objeto da contratação. O Documento deverá ser apresentado antes do início da execução do contrato.**

- 4.2.3. A empresa cuja proposta for classificada como a de melhor preço deverá ainda comprovar a sua regularidade fiscal e trabalhista para a contratação com a Administração Pública;
  - 4.2.4. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
  - 4.2.5. Comprovar a regularidade fiscal, constatada por meio de consulta online ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais;
  - 4.2.6. Adotar a aceitação de proposta pelo MAIOR DESCONTO, conforme permissão prevista na Lei 14.133/2021;
- Obs.: a licitação será julgada pelo critério de MAIOR DESCONTO, ou seja, o vencedor será o licitante que oferecer o maior desconto percentual sobre o valor global do objeto. Todavia, objetivando garantir a eficiência na gestão do contrato e prevenir práticas desleais, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), para formulação da proposta o desconto indicado deverá ser APLICADO DE FORMA LINEAR na planilha de custos e formação de preços (preço unitário + BDI), procedimento que visa facilitar a gestão do contrato, simplificando o acompanhamento financeiro e garantindo maior previsibilidade orçamentária, além de prevenir práticas vedadas pelo TCU;

#### **A Contratada deverá, ainda, garantir:**

- 4.2.7. A execução fiel dos serviços previstos nos documentos anexados ao edital, seguindo as diretrizes conceituais do Memorial Descritivo da solução arquitetônica, especificações técnicas, representações gráficas, Estudo Técnico Preliminar, Planilha Orçamentária, Cronograma, Projeto Básico, Projeto executivo e demais elementos contextuais do projeto apresentados pela contratante, respeitando-se as determinações do TR (Projeto Básico), legislação vigente e orientações da fiscalização ;
- 4.2.8. A aquisição dos materiais a serem aplicados ou substituídos na obra em concordância com as determinações do projeto e especificações técnicas apresentadas pela contratante, salvo as exceções previstas na legislação;
- 4.2.9. A implementação de processos e métodos executivos da obra de acordo com as normas técnicas vigentes e recomendações dos fabricantes ou detalhadas nas especificações técnicas apresentadas pela contratante;
- 4.2.10. A licitante deverá comprovar, na data de abertura das propostas, a disponibilidade de profissional(is) detentor(es) de atestado(s) de capacidade técnica, devidamente registrado(s) no CREA e/ou CAU da região onde os serviços serão executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT.

A disponibilidade do(s) profissional(is) poderá ser demonstrada por vínculo empregatício, vínculo societário, contrato de prestação de serviços ou declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado, acompanhada de declaração de anuência deste. O profissional indicado deverá participar da execução do contrato, podendo ser substituído apenas por profissional de experiência equivalente ou superior, mediante anuência da Administração.

Esses documentos devem comprovar que o(s) profissional(is) executou(aram), para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, em qualquer esfera federativa, ou para empresa privada, serviços com características iguais ou similares aos seguintes:

- Construção de edificações públicas ou privadas de uso coletivo, tais como instituições de ensino, culturais, desportivas, de saúde, administrativas ou outras de porte e complexidade equivalentes, com sistemas estruturais e de instalações prediais compatíveis com os previstos para o Campus IFRJ – Complexo do Alemão;
- Obtenção de licenças municipais necessárias à execução de obras de engenharia, incluindo SMU, SMAC, Rio Águas, CET-Rio e pelo CBMERJ (Laudo de Exigências), não sendo admitidos pleitos por desconhecimento dessas exigências;
- Obtenção do "habite-se" da obra projetada, o que pressupõe a obtenção da Licença Ambiental de Operação, do Certificado de Aprovação do CBMERJ e das licenças das concessionárias de água, esgoto e energia elétrica.

4.2.11 A execução dos serviços em conformidade com a logística e infraestrutura existentes no mercado, para, dessa forma, facilitar a obtenção de preços mais competitivos;

4.2.12. A priorização da infraestrutura de material e mão de obra existentes no município, de modo a promover o incremento na economia local;

4.2.13. A contratante deverá promover, junto à contratada, visita técnica para conhecimento do local onde serão executados os serviços, dos acessos disponíveis, da logística de transporte, dos horários de trabalho e de todas as dificuldades que possam interferir na execução dos serviços;

4.2.14. Os preços oferecidos durante a licitação deverão ser analisados e aprovados pelos Responsáveis Técnicos do TR (Projeto Básico);

4.2.15. Os serviços NÃO são de natureza continuada;

4.2.16. Critérios e práticas de sustentabilidade a serem veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada (IN 01/2010 MP);

4.2.17. A contratada deverá priorizar, quando possível e desde que não altere o equilíbrio econômico, a qualidade e a técnica do serviço, a utilização de materiais e insumos cuja produção respeite índices de sustentabilidade mínimos e características passíveis de permitir a reciclagem ou a decomposição natural no meio ambiente. Adicionalmente, a execução dos serviços deverá ser realizada por profissionais capacitados e experientes, de modo a reduzir a possibilidade e a gravidade dos erros de origem humana;

4.2.18. A contratada será responsável por:

- Garantir a compatibilização final entre todos os projetos;
- Identificar e solucionar interferências técnicas antes da execução;
- Emitir relatórios técnicos de compatibilização, quando solicitado pela fiscalização;

4.2.19. A contratada deverá providenciar a emissão das devidas licenças, junto aos órgãos competentes, como Prefeitura Municipal, concessionárias de serviços públicos, além da obtenção do Certificado de Aprovação do CBMERJ e das licenças das concessionárias de água, esgoto, energia elétrica e órgãos ambientais, entre outros, necessários para a construção e funcionamento da edificação, inclusive garantir o pagamento de eventuais taxas e compensações.

## Metodologia BIM

Os projetos executivos foram desenvolvidos com adoção da metodologia BIM, devendo a execução da obra dar continuidade a essa metodologia.

4.2.20. Diretrizes Gerais:

- Utilização dos modelos BIM fornecidos como base para execução;
- Manutenção da integridade e rastreabilidade das informações;
- Utilização de Ambiente Comum de Dados (CDE), quando definido pela fiscalização.

4.2.21. Plano de Execução BIM (PEB)

- O Plano de Execução BIM (PEB) deverá ser apresentado exclusivamente pelo vencedor do certame, em até 45 (quarenta e cinco) dias após a assinatura do contrato;
- O PEB estará sujeito à aprovação da fiscalização;
- Não será exigido PEB como documento de habilitação ou de julgamento das propostas.

4.2.22. Entregas BIM

- Atualização dos modelos BIM conforme a execução;
- Entrega de modelo BIM “*as built*” ao final da obra.

## Subcontratação

4.3. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de **30% (trinta por cento)** do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.4. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

4.4.1. Os serviços tecnicamente relevantes listados no Acervo Técnico Mínimo Exigido, conforme descrito neste documento.

4.5. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

4.5.1. Poderão ser subcontratados serviços acessórios que não integrem o núcleo técnico essencial da obra, tais como atividades de apoio, fornecimentos complementares, logística de obra, transporte de materiais, remoção e destinação de resíduos, locação de equipamentos e outros serviços auxiliares. A presente obra constitui objeto único e indivisível, conforme definido no Estudo Técnico Preliminar, não havendo contratações prévias, paralelas ou interdependentes. A subcontratação parcial admitida neste Termo de Referência não caracteriza fracionamento do objeto, permanecendo a contratada integralmente responsável pela coordenação, compatibilização e perfeita execução de todas as parcelas do objeto, próprias ou eventualmente subcontratadas.

4.6. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.7. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.8. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.9. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

#### **Garantia da contratação**

4.10. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5,0% (cinco por cento) do valor total da contratação.

4.10.1. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

4.11. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-lo, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.11.1. A apólice de seguro-garantia deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após o término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas;

4.11.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro-garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia;

4.11.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

4.11.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual;

4.11.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.12. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.13. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.14. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.15. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.15.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.16. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.16.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.16.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.16.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.17. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.18. No caso de alteração do valor do contrato ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.19. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.20. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.21. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.21.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.21.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.22. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.22.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.22.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.23. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.24. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste documento.

4.25. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.26. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste documento.

## **Vistoria**

4.27. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhada por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 10h às 15h.

4.28. Serão disponibilizados datas e horários diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.29. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.29.1. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.29.2 É necessário efetuar o agendamento prévio por meio do e-mail: den@ifrrj.edu.br;

4.29.3 Por ocasião da vistoria, ao licitante ou ao seu representante legal, poderão ser encaminhados arquivos digitais, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

4.30. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.31. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## **Instalação de escritório**

4.32. A instalação de escritório ou estrutura de apoio pela contratada no município do Rio de Janeiro é facultativa, cabendo à licitante avaliar sua conveniência para a execução contratual. A não instalação de estrutura local não implicará qualquer restrição à participação ou julgamento das propostas.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 5.1.1. Início da execução do objeto: 15 (quinze) dias corridos da emissão da ordem de serviço;
- 5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: estão contempladas nas documentações técnicas que integram o Projeto Básico;
- 5.1.3. Cronograma de realização dos serviços: O início e a conclusão das etapas da obra deverão estar de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro de cada item, anexo a este documento.

### Local e horário da prestação dos serviços

- 5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Av. Itaoca, 1776, Bonsucesso, Rio de Janeiro - RJ;
- 5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário de funcionamento da obra, sendo de 07 horas às 17 horas, ou a cargo do Contratado, desde que autorizado pela fiscalização.

### Rotinas a serem cumpridas

- 5.3.1. A execução deverá ser registrada em Diário de Obra, acompanhado de relatórios fotográficos, contemplando fatos relevantes, condições climáticas, materiais empregados, quantitativos executados e demais informações indispensáveis ao acompanhamento técnico.

### Materiais a serem disponibilizados

- 5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas nos memoriais descritivos, especificações e demais documentos técnicos do projeto executivo, promovendo sua substituição quando necessário.

### Especificação da garantia do serviço

- 5.5. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

### Uniformes

- 5.6. Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado e seus subcontratados a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada dentro da obra, aumentando a segurança dos trabalhadores, bem como auxiliando na identificação da equipe.

### Procedimentos de transição e finalização do contrato

- 5.10. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das

estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período da obra.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

### **Rotinas de Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.16.1 Visitas frequentes ao canteiro de obras para verificação: do andamento dos serviços; do cumprimento do cronograma de execução da obra; das condições de organização e segurança no canteiro de obras; dos funcionários da contratada, especialmente quanto ao uso de uniformes e Equipamentos de Proteção Individual; dos resíduos gerados e sua adequada destinação; dos materiais utilizados para a execução dos serviços; da compatibilidade dos serviços executados com os projetos e planilhas; das condições climáticas e suas interferências na execução da obra.

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste instrumento não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

### **Fiscalização Administrativa**

6.19. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.20. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

### **Gestor do Contrato**

6.21. Cabe ao gestor do contrato:

6.21.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.21.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.21.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.21.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnicos, administrativos e setoriais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.21.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.21.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.21.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto nesta seção.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados;

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. Verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, com base nos critérios previstos no Projeto Básico, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato e a qualidade do objeto;

7.3.2 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual serão realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática;

7.3.3 Avaliação das interferências das chuvas no desenvolvimento das atividades, anotadas no diário de obra os problemas por ela causados;

7.3.4 O primeiro período apurado será objeto apenas de notificação, de modo a permitir o ajuste e aperfeiçoamento da qualidade do serviço pela contratada. Nas medições subsequentes, será descontado o valor correspondente à faixa de ajuste indicada;

7.4. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação dos serviços abaixo do nível de satisfação, que poderá ou não ser acatada pela CONTRATANTE, após a devida análise.

### Do recebimento

7.5. Os serviços das entregas parciais (etapas) serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnicos e administrativos, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.5.1. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.5.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.5.3. O Contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.5.4. Destaca-se que os serviços relativos à Administração Local da obra serão medidos de acordo com a evolução da obra, sendo usado como parâmetro o percentual concluído da obra a cada medição.

7.5.5. Que não sejam confundidos os recebimentos provisórios e definitivos aqui mencionados com os recebimentos provisórios e definitivos do objeto (obra) em si. Os primeiros tratam dos serviços executados em cada período de apuração, de parcelas do objeto contratual, e os últimos tratam do objeto contratual em si, já finalizado.

7.5.6. Em ocasião da finalização da obra e anterior à medição final, a empresa contratada deverá enviar Ofício de Comunicação de Conclusão (finalização) de Obra à Contratante.

7.5.7. A equipe de fiscalização promoverá a elaboração do Termo de Recebimento Provisório da Obra, relatando eventuais ajustes e correções necessários na obra e estipulando prazo de até 30 dias para a contratada promover tais ações.

7.5.8. Paralelamente, a fiscalização comunicará à autoridade competente para que seja instituída a Comissão de Recebimento Definitivo da Obra, que



difere da equipe de fiscalização. Tal comissão, após o prazo estipulado no Termo de Recebimento Provisório de Obra, fará as devidas inspeções na obra com o objetivo de recebê-la definitivamente, elaborando o Termo de Recebimento Definitivo de Obra, caso a obra esteja em condições para tal.

7.5.9. Os Recebimentos Provisórios e Definitivos de Obra deverão acontecer no prazo máximo de 90 (noventa) dias, desde que estes prazos ainda estejam dentro da vigência contratual. Ressalvando-se que os vícios ocultos, não observados dentro desse prazo, não eximem a contratada de responsabilidades, conforme §6º do Art. 140 da Lei 14.133/2021.

7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período das medições.

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste documento e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnicos, administrativos e setoriais, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e às eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.4. Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. Artigo 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## **Prazo de pagamento**

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento e a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Custos da Construção - Disponibilidade Interna (INCC-DI) de correção monetária.

## **Forma de pagamento**

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## Reajuste

7.38. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, considerando as planilhas referenciais elaboradas e detalhadas no cabeçalho da Planilha de Orçamento Sintético, conforme abaixo:

- SINAPI – 12/2025 – Rio de Janeiro
- SBC – 01/2026 – Rio de Janeiro
- SICRO3 – 10/2025 – Rio de Janeiro
- EMOP – 11/2025 – Rio de Janeiro
- SCO – 11/2025 – Rio de Janeiro

7.39. Após o interregno de um ano, e independentemente do pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do INCC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.40. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.41. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.42. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.43. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.44. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.45. O reajuste será realizado por apostilamento.

## Cessão de crédito

7.46. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.47. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.48. A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.49. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.50. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.51. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

## 8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3 Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5,0% (cinco por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10,0% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5,0% (cinco por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5,0% (cinco por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5,0% (cinco por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste documento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste documento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MAIOR DESCONTO linear.

O critério de maior desconto linear foi adotado em razão da padronização dos serviços, da existência de orçamento detalhado e compatibilizado e da adequação do objeto ao regime de empreitada por preço global, assegurando competitividade e objetividade no julgamento.

### Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de **empreitada por preço global**. Os projetos básico e executivo que fundamentam esta contratação encontram-se concluídos, compatibilizados e aptos a subsidiar a execução por empreitada por preço global.

**Para a adoção do regime de empreitada por preço global foram observadas as diretrizes do Acórdão n. 1.977/2013-Plenário TCU, conforme os parâmetros descritos a seguir:**

- **A execução do serviço se dará por preço certo e total;**
- **Cada parte assumirá o risco de eventuais distorções nos quantitativos a serem executados, que poderão ser superiores ou inferiores àqueles previstos na planilha orçamentária original da contratação;**
- **Existe um alto nível de precisão nas especificações e quantitativos do objeto;**
- **A equipe técnica elaborou um projeto executivo e instruções técnicas com alto nível de precisão e informações suficientes para o total e completo conhecimento do objeto e a sua perfeita execução;**
- **Foi possível definir nos documentos técnicos do projeto, com alta precisão, as quantidades dos serviços a serem executados na fase contratual;**
- **Será adotada sistemática de medição e pagamento associada à execução das etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado, sendo descartada qualquer tipo de remuneração atrelada a preços unitários ou quantidades de itens unitários executados, exceto nas condições excepcionais previstas na legislação (equipamentos, por exemplo, discriminados em planilha).**

### CrITÉRIOS de aceitabilidade de preços

9.3. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

9.3.1. O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o percentual do desconto dado, o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade;

9.3.2. Para melhor avaliação de exequibilidade também deverá ser apresentado as seguintes documentações:

9.3.2.1. Composições de custo de todos os serviços constantes na proposta;

9.3.2.2. Cronograma físico-financeiro conforme prazo proposto pela Administração;

9.3.2.3. Curva ABC dos serviços.

9.3.3. A proposta e a documentação técnica deverão estar datadas e assinadas pelo representante legal e/ ou técnico;

9.3.4. Ressalta-se que toda a documentação técnica deverá ser encaminhada em arquivos separados e identificados, sobretudo as planilhas orçamentárias que deverão ser encaminhadas, também, em arquivos editáveis (abertos) para serem analisadas pela Administração.

9.4. Para o objeto, no todo ou parte dele, o critério de aceitabilidade de preços será:

9.4.1. valor global: conforme valor estimado da contratação;

9.4.2. Aplicação do percentual de desconto, de forma linear, sobre todos os serviços do orçamento base da licitação.

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.6. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.11. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivada na Junta Comercial ou inscrita no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

9.14. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estaduais e municipais.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.26. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

9.26.1. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 5,0% do valor total estimado da contratação.

9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste documento deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

### **Qualificação Técnica**

9.31. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.31.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.32. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), em plena validade.

9.32.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

### **Qualificação Técnico-Operacional**

9.33. Conforme disposto no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, deverá ser comprovada por meio de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprovem a prévia execução de obras/serviços de características e complexidade semelhantes às constantes do objeto da licitação, especificando necessariamente o tipo de obra/serviço, as indicações da área em metros quadrados, os serviços realizados e o prazo de execução e vigência. Os atestados devem corresponder às áreas equivalentes ou maiores do que as áreas que correspondem aos itens de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas, conforme o § 1º do referido artigo, as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor estimado da contratação.

9.33.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.33.1.1. Apresentação de atestados de capacidade técnica ou certidão de acervo operacional (CAO), que faça explícita menção à licitante, inclusive informando o CNPJ, como executora de obras de edificações comerciais, institucionais ou residenciais, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, ou quando for o caso, pelo conselho profissional competente, conforme o Acervo Técnico mínimo exigido.

9.33.1.2. Os atestados ou certidão de acervo operacional deverão, no mínimo conter: (conforme Art. 60, § 1º da Resolução nº 1.137/ 2023 - CONFEA):

9.33.1.2.1. A descrição dos serviços executados e seus respectivos quantitativos;

9.33.1.2.2. Atestar a execução total ou parcial do objeto do contrato;

9.33.1.2.3. Informar o valor do contrato e o período de execução;

9.33.1.2.4. Ser firmado por representante legal do contratante;

9.33.1.2.5. Indicar a data de emissão; e

9.33.1.2.6. Informar o documento de responsabilidade técnica expedido em razão das obras ou serviços executados (ART/RRT);

9.33.1.3. Os atestados ou certidões que referenciem serviços subcontratados ou subempreitados devem estar acompanhados de documentos hábeis que comprovem a sua efetiva contratação (conforme Art. 62 da Resolução nº 1.137/ 2023 - CONFEA);

9.33.1.4. No caso de obra ou serviços próprios, os atestados ou certidões devem informar o documento público que comprove a conclusão da obra ou serviço expedido pela prefeitura, por agência reguladora ou por órgão ambiental, dentre outros. (conforme Art. 63 da Resolução nº 1.137/2023 - CONFEA).

9.33.2. Conforme o § 2º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, será permitido o somatório de atestados que indiquem individualmente pelo menos 50% das áreas exigidas para os itens de comprovação obrigatória indicados no quadro acima, para que tal somatório comprove áreas equivalentes ou superiores aos quantitativos das áreas exigidas para a qualificação técnico-operacional.

9.33.3. Serão aceitos como comprovantes de Atestados de Capacidade Técnica-Operacional, que façam menção ao próprio licitante como prestador de serviços, desde que as informações constantes desses documentos permitam aferir a similaridade/compatibilidade dos serviços com os parâmetros mínimos fixados. Conforme o § 3º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, na contratação de obras e serviços de engenharia, as exigências de comprovantes de capacitação técnica, a critério da Administração, poderão ser substituídas por outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes, hipótese em que as provas alternativas aceitáveis deverão ser previstas em regulamento. A Administração se resguarda no direito de diligenciar junto à pessoa jurídica emitente do atestado/declaração de capacidade técnica, visando a obter informações sobre o serviço prestado. As provas alternativas aceitáveis, previstas no presente documento, serão os projetos efetivamente realizados e de execução comprovada pelo licitante, que demonstrem de forma inequívoca a realização de obras/serviços de características e complexidade semelhantes às constantes do objeto da licitação.

9.33.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.33.4.1. Dentre os documentos hábeis estão: contrato, trabalhos técnicos, correspondências, diário de obras, notas fiscais, ordens de serviço, termo de recebimento de obra, registros fotográficos da execução dos serviços ou outros documentos relacionados. (conforme parágrafo único do Artigo 62 da Resolução nº 1.137/2023 - CONFEA).

9.33.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificada no contrato social vigente.

9.34. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.35. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitidos em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

### **Qualificação Técnico-Profissional**

9.36. Apresentação do(s) profissionais(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

**9.36.1. Para o cargo de ENGENHEIRO CIVIL, ARQUITETO E URBANISTA ou profissional de nível superior devidamente habilitado pelo conselho profissional competente: quantitativos mínimos de 01 (um) ou mais dos quantitativos licitados, para os serviços de RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA EXECUÇÃO DA OBRA; ACOMPANHAMENTO TÉCNICO DA EXECUÇÃO DA OBRA; EXECUÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO; EXECUÇÃO DE ESTRUTURAS METÁLICAS; EXECUÇÃO DE INSTALAÇÕES PREDIAIS;**

**9.36.2. Para o cargo de ENGENHEIRO MECÂNICO ou profissional de nível superior devidamente habilitado pelo conselho profissional competente: quantitativos mínimos de 01 (um) ou mais dos quantitativos licitados, para os serviços de RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA EXECUÇÃO DE ESTRUTURAS METÁLICAS; ACOMPANHAMENTO TÉCNICO DA INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MECÂNICOS; ACOMPANHAMENTO TÉCNICO DA INSTALAÇÃO DE SISTEMAS DE CLIMATIZAÇÃO; EXECUÇÃO DE ESTRUTURAS METÁLICAS;**

**9.36.3. Para o cargo de ENGENHEIRO ELETRICISTA ou profissional de nível superior devidamente habilitado pelo conselho profissional competente: quantitativos mínimos equivalentes mínimos de 01 (um) ou mais dos quantitativos licitados, para os serviços de ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA PRIMÁRIA EM ALTA E MÉDIA TENSÃO; INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PREDIAIS; LUMINOTÉCNICA; CABEAMENTO ESTRUTURADO;**

9.36.4. Apresentação de certidão de acervo técnico profissional (CAT) do responsável técnico, como executor de obras de edificações comerciais, institucionais ou residenciais, emitidas pelo conselho profissional competente, conforme o Acervo Técnico mínimo exigido em Anexo;

9.36.5. Por orientação dos órgãos fiscalizadores do exercício profissional, arquitetos e urbanistas ou engenheiros civis que naturalmente têm a habilitação para a execução de projetos generalistas nos seus campos de atuação, SOMENTE devem assumir responsabilidades profissionais por atividades específicas ou especialidades que exijam formação técnica específica, ainda que em suas áreas de atuação e dentro das suas atribuições, habilidades e competências legais, APENAS quando estiverem comprovadamente de posse dos conhecimentos técnicos, artísticos e científicos necessários ao



cumprimento das atividades firmadas, demonstrados por atestados de capacitação técnica ou Certidão de Acervo Técnico (CAT), respeitando a legislação e normas técnicas vigentes e devendo primar pela segurança, pela saúde dos usuários do serviço e pelo meio ambiente, conforme estabelece a legislação vigente e Resoluções e Deliberações Técnicas mais atuais, Códigos de Ética e Disciplinas dos conselhos que regem a sua profissão.

9.36.6. É permitida a contratação de consultoria especializada ou a formação de consórcios com empresas especializadas nas áreas de atuação onde a necessidade de profissional especialista é exigida pelas resoluções e deliberações dos conselhos profissionais de cada categoria, porém com a responsabilidade técnica do profissional formalmente indicado na equipe técnica da contratada.

9.36.7. As certidões de acervo técnico profissional deverão, no mínimo conter: (conforme Art. 60, §1º da Resolução nº 1.137/ 2023 - CONFEA);

9.36.7.1. A descrição dos serviços executados e seus respectivos quantitativos;

9.36.7.2. Atestar a execução total ou parcial do objeto do contrato;

9.36.7.3. Informar o valor do contrato e o período de execução;

9.36.7.4. Ser firmado por representante legal do contratante;

9.36.7.5. Indicar a data de emissão; e

9.36.7.6. Informar o documento de responsabilidade técnica expedido em razão das obras ou serviços executados (ART/RRT).

9.36.8. As certidões que referenciarem serviços subcontratados ou subempreitados devem estar acompanhadas de documentos hábeis que comprovem a sua efetiva contratação. (conforme Art. 62 da Resolução nº 1.137/ 2023 - CONFEA);

9.36.9. No caso de obra ou serviços próprios, as certidões devem informar o documento público que comprove a conclusão da obra ou serviço expedido pela prefeitura, por agência reguladora ou por órgão ambiental, dentre outros. (conforme Art. 63 da Resolução nº 1.137/2023 - CONFEA).

9.36.10. São considerados documentos hábeis para comprovar as certidões: contrato, trabalhos técnicos, correspondências, diário de obras, notas fiscais, ordens de serviço, termo de recebimento de obra, registros fotográficos da execução dos serviços, ou outros documentos relacionados. (conforme parágrafo único do Artigo 62 da Resolução nº 1.137/ 2023 - CONFEA) ou, ainda, a critério da equipe técnica da Administração, documentos referentes a projetos destinados à execução de obras com características semelhantes ou complexidade superior ao objeto pretendido, ainda que tais características não sejam exatamente idênticas às do objeto da licitação (conforme entendimento acolhido no Acórdão TCU 298/2024 - Plenário);

9.36.11. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021).

9.37. Apresentação da relação de compromissos assumidos e pendentes de cumprimento pelo fornecedor, que importem em diminuição da disponibilidade dos profissionais indicados no item anterior, conforme modelo constante no Anexo do Edital;

9.38. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade;

9.39. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.40. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre;

9.41. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou "consularizados" pelos respectivos consulados ou embaixadas;

9.42. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos;

9.43. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

9.44. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

### **Documentação complementar para cooperativas**

9.45. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.45.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.45.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.45.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.45.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.45.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.45.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.45.6.1. ata de fundação;

9.45.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.45.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.45.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.45.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.45.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.45.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo total da contratação, conforme planilha orçamentária definitiva anexa ao edital, é de **R\$ 28.367.748,08** (vinte e oito milhões, trezentos e sessenta e sete mil, setecentos e quarenta e oito reais e oito centavos).

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: [...];

II) Fonte de recursos: [...];

III) Programa de trabalho: [...];

IV) Elemento de despesa: [...]; e

V) Plano interno: [...].

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

### 12.1. LEGISLAÇÃO, NORMAS E REGULAMENTOS

Na execução dos serviços previstos no objeto da presente contratação deverão ser observados as normas e regulamentos relacionados abaixo e outros que sejam relevantes para as boas práticas da Engenharia e/ou Arquitetura, assim como toda a legislação municipal, estadual e federal pertinente:

- Lei nº 14.133/2021 - Nova Lei de Licitações e Contratos;

- NBR 5410/2004 (2ª edição) atualizada 2025 – Instalações Elétricas de Baixa Tensão;

- NBR 5413/1992 – Iluminância de Interiores;

- NBR 5419/2001 – Proteção de estruturas contra descargas atmosféricas;

- NBR 5626/2020 (2ª edição) - Instalação predial de água fria;
- NBR 5628/2022 (2ª edição) – Componentes construtivos estruturais – Determinação de resistência ao fogo;
- NBR 5674/2012 - Manutenção de edificações - Requisitos para o sistema de manutenção de edificações;
- NBR 5688/2018 - Sistemas prediais de água pluvial, esgoto sanitário e ventilação - Tubos e conexões de PVC, tipo DN – Requisitos;
- NBR 5884/2013 – Perfil I estrutural de aço soldado por arco elétrico - requisitos gerais;
- NBR 6118/2014 – Projeto de Estruturas de Concreto – Procedimentos;
- NBR 6120/2019 – Ações para o Cálculo de Estruturas em Edificações;
- NBR 6122/2022 (4ª edição) - Projeto e Execução de Fundações;
- NBR 6123/1988 – Forças Devidas ao Vento em Edificações;
- NBR 6355/2012 – Perfis estruturais de aços formados a frio - padronização;
- NBR 6401/1980 - Instalações centrais de ar condicionado para conforto - Parâmetros básicos de projeto;
- NBR 6493/2019 - Emprego de cores para identificação de tubulações;
- NBR 7256/2022 - Tratamento de ar em estabelecimentos assistenciais de saúde (EAS) - Requisitos para projeto e execução das instalações;
- NBR 7362-1/-2/-3 (1999) - Sistemas enterrados para condução de esgoto;
- NBR 8681/2003 - Ações e segurança nas estruturas – Procedimento;
- NBR 8160/1999 - Sistemas prediais de esgoto sanitário – Projeto e execução;
- NBR 8800/2008 - Projeto de estruturas de aço e estruturas mistas de aço e concreto de edifícios;
- NBR 9050/2020 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbano;
- NBR 9077/2001 – Saídas de Emergências em Edifícios;
- NBR 9441/1998 – Execução de sistemas de detecção e alarme de incêndio - Procedimento;
- NBR 10152/1987- níveis de ruído para conforto acústico;
- NBR 10570/1988 - Tubos e conexões de PVC rígido com junta elástica, para coletor sanitário – Tipos e dimensões – Padronização;
- NBR 10844/1989 - Instalações prediais de águas pluviais - Procedimentos;
- NBR 10897/2020 – Proteção Contra Incêndio por Chuveiros Automáticos;
- NBR 10898/2023 (3ª edição) – Sistemas de Iluminação de Emergência; NBR-11742 – Porta corta-fogo para saídas de emergência – Especificação;
- NBR-11785/2018 – Barra antipânico – Requisitos;
- NBR 11795/2008 - Tubos de polietileno para sistemas de irrigação localizada;
- NBR 11836/1992 – Detectores automáticos de fumaça para proteção contra incêndio;
- NBR 12693/2021 – Sistemas de Proteção por Extintores de Incêndio; NBR 13435 – Sistemas de Segurança Contra Incêndio e Pânico;
- NBR-12962/1998 – Manutenção e recarga de extintores de incêndio;
- NBR 13103/2020 - Instalação de aparelhos a gás para uso residencial: requisitos;
- NBR 13432 – Relacionada à representação gráfica e documentação técnica, aplicável em ambientes BIM;
- NBR 13714/2000 – Sistemas de Hidrantes e Mangotinhos para Combate a Incêndios;
- NBR 14039/2003 – Instalações Elétricas de Média Tensão de 1,0KV a 36,2 KV;
- NBR 14100/2022 – Proteção contra incêndio – Símbolos gráficos para projeto;
- NBR 14323/2013 – Projeto de estruturas de aço e de estruturas mistas de aço e concreto de edifícios em situação de incêndio;

- NBR 14432/2001 – Exigências de resistência ao fogo de elementos construtivos de edificações – Procedimento;
- NBR 15282/2005 - Sistemas móveis de irrigação - Tubos de PVC rígido com junta de engate rápido PN 80;
- NBR 15526/2016 - Redes de distribuição interna para gases combustíveis em instalações residenciais e comerciais - projeto e execução;
- NBR 15575-2/2013 - Edificações habitacionais - Desempenho;
- NBR 15645/2008 - Execução de obras de esgoto sanitário e drenagem de águas pluviais utilizando-se tubos e aduelas de concreto;
- NBR 15705/2009 - Instalações hidráulicas prediais – Registro de gaveta – Requisitos e métodos de ensaio;
- NBR 15749/2009 – Medição de sistemas de aterramento e de potenciais na superfície do solo em sistemas de aterramento;
- NBR 15857/2011 - Válvula de descarga para limpeza de bacias sanitárias – Requisitos e métodos de ensaio;
- NBR 15965 (Série) – Trata da classificação da informação da construção. Base para estruturar dados em BIM;
- NBR 17240/2010 – Execução de Sistemas de Detecção e Alarme de Incêndio;
- NBR ISO 19650 (Série) – Adotada pela ABNT a partir da norma internacional ISO 19650, define princípios e requisitos para gerenciamento da informação em projetos BIM;
- NR 10 - Segurança em instalações e serviços em eletricidade;
- NR6 de EPIs;
- Sistemas referenciais de pesquisa de custos e índices da construção civil – SINAPI / SCO;
- Instruções e Resoluções mais recentes ou atualizadas dos órgãos do sistema CREA / CONFEA / CAU ;
- Código de Obras e Lei de Uso e Ocupação do Solo do município de Belford Roxo/RJ;
- Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais;
- Normas das concessionárias locais de serviços, Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, Vigilância Sanitária;
- Normas brasileiras elaboradas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), atualizadas;
- Normas e regulamentos dos órgãos ambientais nas esferas municipal, estadual e Federal;
- Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE;
- Normas internacionais específicas consagradas, se necessário;
- Outras normas aplicáveis ao objeto da pretendida contratação, bem como suas atualizações;
- Manual de Obras Públicas – Edificações – Práticas da SEAP (Decreto nº 92.100/85).

12.2. As informações contidas neste documento não são classificadas como sigilosas (exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas) e foi elaborado conforme modelo a seguir:

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União  
 Modelo de Termo de Referência para Obras e Serviços, exceto TIC – Lei nº 14.133, de 2021  
 Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação  
 Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação  
 Atualização: SET/2025

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2026.

Obs.:

**1) o Projeto Básico atende a todos os requisitos do art. 6º, inciso XXV, da Lei 14.133/21;**

**2) Os documentos que compõem o Projeto Básico e orçamento principal da obra e seus complementos, objeto do presente Termo de Referência, são apresentados em conjuntos separados de arquivos digitais no formato \*.pdf, também apensados ao processo administrativo original desta contratação, conforme a relação a seguir:**

#### **LISTA DE ANEXOS:**

##### **1) Documentos do Projeto Básico (arquivos digitais):**

- IFRJCDA\_Projeto básico\_Ensaio de solo.pdf
- IFRJCDA\_Projeto básico\_Relatório Sondagem.pdf
- IFRJCDA-Projeto básico\_01\_Planta de situação.pdf
- IFRJCDA-Projeto básico\_02\_Planta térreo\_Cobertura\_Auditório\_Biblioteca.pdf
- IFRJCDA-Projeto básico\_03\_Planta 2º pavtº\_Cortes\_Auditório\_Biblioteca.pdf
- IFRJCDA-Projeto básico\_04\_Planta cobertura\_Módulo educacional.pdf
- IFRJCDA-Projeto básico\_05\_Planta térreo\_Módulo educacional.pdf
- IFRJCDA-Projeto básico\_06\_Planta 2º pavtº\_Módulo educacional.pdf
- IFRJCDA-Projeto básico\_07\_Planta laje impermeabilizada\_Módulo educacional.pdf
- IFRJCDA-Projeto básico\_08\_Cortes\_Módulo educacional.pdf
- IFRJCDA-Projeto básico\_09\_Cobertura\_Ginásio.pdf
- IFRJCDA-Projeto básico\_10\_Planta térreo\_Ginásio.pdf
- IFRJCDA-Projeto básico\_11\_Planta 2º pavtº\_Ginásio.pdf
- IFRJCDA-Projeto básico\_12\_Cortes\_Ginásio.pdf
- IFRJCDA-Projeto básico\_13\_Guarita.pdf
- IFRJCDA-Projeto básico\_14\_Cobertura\_Restaurante-terceirizados.pdf
- IFRJCDA-Projeto básico\_15\_Planta térreo\_Restaurante-terceirizados.pdf
- IFRJCDA-Projeto básico\_16\_Cortes\_Restaurante-terceirizados.pdf
- IFRJCDA-Projeto básico\_17\_Elevações.pdf
- IFRJCDA-Projeto básico\_18\_Movimentação de terra.pdf
- IFRJCDA-Projeto básico\_Perspectiva livre.pdf
- IFRJCDA-Projeto básico\_Vista aérea\_simulação artística.pdf
- IFRJCDA-Projeto Básico\_RRT 5007760\_cargo e funcao.pdf

##### **2) Documentos do Orçamento (arquivos digitais):**

- Planilha orçamentária ANALÍTICA\_Campus Complexo do Alemão\_23FEV26.pdf
- Planilha orçamentária RESUMIDA\_Campus Complexo do Alemão\_23FEV26.pdf
- Planilha orçamentária\_BDI\_Campus Complexo do Alemão\_23FEV26.pdf
- Planilha orçamentária\_Composições Analíticas com Preço Unitário\_Campus Complexo do Alemão\_23FEV26.pdf
- Planilha orçamentária\_CRONOGRAMA\_Campus Complexo do Alemão\_23FEV26.pdf
- Planilha orçamentária\_CURVA ABC\_INSUMOS\_Campus Complexo do Alemão\_23FEV26.pdf
- Planilha orçamentária\_CURVA ABC\_SERVIÇOS\_Campus Complexo do Alemão\_23FEV26.pdf
- Planilha orçamentária\_CURVA S\_Desembolço financeiro\_ADMINISTRATIVO\_Campus Complexo do Alemão\_23FEV26.pdf
- Planilha orçamentária\_CURVA S\_Desembolço financeiro\_EQUIPAMENTOS\_Campus Complexo do Alemão\_23FEV26.pdf
- Planilha orçamentária\_ENCARGOS SOCIAIS\_Campus Complexo do Alemão\_23FEV26.pdf
- Planilha orçamentária\_ORÇAMENTO SINTÉTICO\_Campus Complexo do Alemão\_23FEV26.pdf
- Planilha orçamentária\_QUADRO DE COTAÇÕES\_Campus Complexo do Alemão\_23FEV26.pdf
- RRT IFRJ ALEMAO PROJ SOCORRO.pdf

13. ANEXO I

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Não aplicável, por não se enquadrar no art. 95, Inciso I, da Lei nº 14.133/21. Considerando que a presente contratação refere-se a um objeto que excede os limites para contratações diretas e dispensas, a formalização deverá ocorrer, obrigatoriamente, por meio de instrumento de contrato.

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere a Concorrência nº...../2026, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Rio de Janeiro/RJ, ..... de ..... de 2026

\_\_\_\_\_  
(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SERGIO BERNARDO DOS SANTOS

Arquiteto e Urbanista



Assinou eletronicamente em 23/02/2026 às 17:25:15.

ALDEMBAR DE ANDRADE SARMENTO

Membro da comissão de contratação



INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO

# Estudo Técnico Preliminar 100/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 23270.003512/2025-18

## 2. OBJETO

Contratação de empresa especializada em obras de engenharia para a construção do Campus IFRJ – Complexo do Alemão, conforme projetos em BIM e demais documentos técnicos, atendendo às normas vigentes, exigências de licenciamento e ao Programa de Necessidades da unidade.

## 3. REFERÊNCIA LEGAL

### LEGISLAÇÃO, NORMAS E REGULAMENTOS

Na execução dos serviços previstos no objeto da presente contratação deverão ser observados as normas e regulamentos relacionados abaixo e outros que sejam relevantes para as boas práticas da Engenharia e/ou Arquitetura, assim como toda a legislação municipal, estadual e federal pertinente:

- Lei nº 14.133/2021 - Nova Lei de Licitações e Contratos;
- NBR 5410/2004 (2ª edição) atualizada 2025 – Instalações Elétricas de Baixa Tensão;
- NBR 5413/1992 – Iluminância de Interiores;
- NBR 5419/2001 – Proteção de estruturas contra descargas atmosféricas;
- NBR 5626/2020 (2ª edição) - Instalação predial de água fria;
- NBR 5628/2022 (2ª edição) – Componentes construtivos estruturais – Determinação de resistência ao fogo;
- NBR 5674/2012 - Manutenção de edificações - Requisitos para o sistema de manutenção de edificações;
- NBR 5688/2018 - Sistemas prediais de água pluvial, esgoto sanitário e ventilação - Tubos e conexões de PVC, tipo DN – Requisitos;
- NBR 5884/2013 – Perfil I estrutural de aço soldado por arco elétrico - requisitos gerais;
- NBR 6118/2014 – Projeto de Estruturas de Concreto – Procedimentos;
- NBR 6120/2019 – Ações para o Cálculo de Estruturas em Edificações;
- NBR 6122/2022 (4ª edição) - Projeto e Execução de Fundações;
- NBR 6123/1988 – Forças Devidas ao Vento em Edificações;
- NBR 6355/2012 – Perfis estruturais de aços formados a frio - padronização;
- NBR 6401/1980 - Instalações centrais de ar condicionado para conforto - Parâmetros básicos de projeto;
- NBR 6493/2019 - Emprego de cores para identificação de tubulações;
- NBR 7256/2022 - Tratamento de ar em estabelecimentos assistenciais de saúde (EAS) - Requisitos para projeto e execução das instalações;
- NBR 7362-1/-2/-3 (1999) - Sistemas enterrados para condução de esgoto;
- NBR 8681/2003 - Ações e segurança nas estruturas – Procedimento;



- NBR 8160/1999 - Sistemas prediais de esgoto sanitário – Projeto e execução;
- NBR 8800/2008 - Projeto de estruturas de aço e estruturas mistas de aço e concreto de edifícios;
- NBR 9050/2020 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbano;
- NBR 9077/2001 – Saídas de Emergências em Edifícios;
- NBR 9441/1998 – Execução de sistemas de detecção e alarme de incêndio - Procedimento;
- NBR 10152/1987- níveis de ruído para conforto acústico;
- NBR 10570/1988 - Tubos e conexões de PVC rígido com junta elástica, para coletor sanitário – Tipos e dimensões – Padronização;
- NBR 10844/1989 - Instalações prediais de águas pluviais - Procedimentos;
- NBR 10897/2020 – Proteção Contra Incêndio por Chuveiros Automáticos;
- NBR 10898/2023 (3ª edição) – Sistemas de Iluminação de Emergência; NBR-11742 – Porta corta-fogo para saídas de emergência – Especificação;
- NBR-11785/2018 – Barra antipânico – Requisitos;
- NBR 11795/2008 - Tubos de polietileno para sistemas de irrigação localizada;
- NBR 11836/1992 – Detectores automáticos de fumaça para proteção contra incêndio;
- NBR 12693/2021 – Sistemas de Proteção por Extintores de Incêndio; NBR 13435 – Sistemas de Segurança Contra Incêndio e Pânico;
- NBR-12962/1998 – Manutenção e recarga de extintores de incêndio;
- NBR 13103/2020 - Instalação de aparelhos a gás para uso residencial: requisitos;
- NBR 13432 – Relacionada à representação gráfica e documentação técnica, aplicável em ambientes BIM;
- NBR 13714/2000 – Sistemas de Hidrantes e Mangotinhos para Combate a Incêndios;
- NBR 14039/2003 – Instalações Elétricas de Média Tensão de 1,0KV a 36,2 KV;
- NBR 14100/2022 – Proteção contra incêndio – Símbolos gráficos para projeto;
- NBR 14323/2013 – Projeto de estruturas de aço e de estruturas mistas de aço e concreto de edifícios em situação de incêndio;
- NBR 14432/2001 – Exigências de resistência ao fogo de elementos construtivos de edificações – Procedimento;
- NBR 15282/2005 - Sistemas móveis de irrigação - Tubos de PVC rígido com junta de engate rápido PN 80;
- NBR 15526/2016 - Redes de distribuição interna para gases combustíveis em instalações residenciais e comerciais - projeto e execução;
- NBR 15575-2/2013 - Edificações habitacionais - Desempenho;
- NBR 15645/2008 - Execução de obras de esgoto sanitário e drenagem de águas pluviais utilizando-se tubos e aduelas de concreto;
- NBR 15705/2009 - Instalações hidráulicas prediais – Registro de gaveta – Requisitos e métodos de ensaio;
- NBR 15749/2009 – Medição de sistemas de aterramento e de potenciais na superfície do solo em sistemas de aterramento;
- NBR 15857/2011 - Válvula de descarga para limpeza de bacias sanitárias – Requisitos e métodos de ensaio;
- NBR 15965 (Série) – Trata da classificação da informação da construção. Base para estruturar dados em BIM;
- NBR 17240/2010 – Execução de Sistemas de Detecção e Alarme de Incêndio;
- NBR ISO 19650 (Série) – Adotada pela ABNT a partir da norma internacional ISO 19650, define princípios e requisitos para gerenciamento da informação em projetos BIM;
- NR 10 - Segurança em instalações e serviços em eletricidade;
- NR6 de EPIs;

- Sistemas referenciais de pesquisa de custos e índices da construção civil – SINAPI / SCO;
- Instruções e Resoluções mais recentes ou atualizadas dos órgãos do sistema CREA / CONFEA / CAU ;
- Código de Obras e Lei de Uso e Ocupação do Solo do município de Belford Roxo/RJ;
- Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais;
- Normas das concessionárias locais de serviços, Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, Vigilância Sanitária;
- Normas brasileiras elaboradas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), atualizadas;
- Normas e regulamentos dos órgãos ambientais nas esferas municipal, estadual e Federal;
- Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE;
- Normas internacionais específicas consagradas, se necessário;
- Outras normas aplicáveis ao objeto da pretendida contratação, bem como suas atualizações;
- Manual de Obras Públicas – Edificações – Práticas da SEAP (Decreto nº 92.100/85).

## 4. Descrição da necessidade

A implantação do Campus IFRJ – Complexo do Alemão insere-se no planejamento nacional de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, alinhada às diretrizes do Governo Federal para ampliação da oferta pública de educação profissional em territórios metropolitanos estratégicos. Estudos técnicos elaborados pelo IFRJ, consubstanciados no Plano de Implantação do campus, identificaram no Complexo do Alemão um cenário de elevada demanda educacional, concentração populacional jovem e carência de oferta pública de cursos técnicos, de qualificação profissional e de itinerários formativos completos, o que justifica sua priorização como polo de atendimento da Rede Federal.

A construção do referido campus visa prover infraestrutura adequada para o desenvolvimento das atividades acadêmicas previstas no Programa de Necessidades desenvolvido pelo IFRJ, incluindo salas de aula, laboratórios especializados, biblioteca, setores administrativos, áreas de convivência, restaurante estudantil e instalações esportivas, atendendo aos parâmetros normativos do MEC e às diretrizes institucionais de ensino, pesquisa, extensão e inovação. A construção do campus permitirá ampliar a presença do IFRJ no território, fortalecer políticas educacionais federais, promover inclusão produtiva e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico local, atendendo de forma efetiva às demandas formativas da população do Complexo do Alemão e seu entorno.

## 5. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria de Engenharia, Serviços, Infraestrutura e Expansão DESIEX/IFRJ	Aldembar de Andrade Sarmiento
Diretoria de Engenharia, Serviços, Infraestrutura e Expansão DESIEX/IFRJ	Sérgio Bernardo dos Santos

## 6. Descrição dos Requisitos da Contratação

Requisitos gerais:

Para o atendimento da presente demanda, considera-se:

O presente Estudo Técnico Preliminar foi elaborado de acordo com o Art. 18, Seção I, Capítulo II da Lei nº 14.133/2021, IN nº 05/MPOG/2017 e IN nº 58/SEGES/2022.

Obrigações da contratada:

- Apresentar registro de pessoa jurídica da empresa, junto ao Conselho de Engenharia e Agronomia (CREA), e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU);
- Apresentar certidão de registro de pessoa física emitida pelo respectivo conselho profissional, em nome do Arquiteto ou Engenheiro Civil a ser designado como responsável técnico pela execução do serviço;
- **Apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), emitida pelo CREA ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), emitido pelo CAU, do profissional responsável técnico pela execução da obra (PREO), com a designação formal da responsabilidade técnica específica para o objeto da contratação. O Documento deverá ser apresentado antes do início da execução do contrato.**
- A empresa cuja proposta for classificada como a de melhor preço deverá ainda comprovar a sua regularidade fiscal e trabalhista para a contratação com a Administração Pública;
- Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- Comprovar a regularidade fiscal, constatada por meio de consulta online ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais;
- Adotar a aceitação de proposta pelo MAIOR DESCONTO, conforme permissão prevista na Lei 14.133/2021;

Obs.: a licitação será julgada pelo critério de MAIOR DESCONTO, ou seja, o vencedor será o licitante que oferecer o maior desconto percentual sobre o valor global do objeto. Todavia, objetivando garantir a eficiência na gestão do contrato e prevenir práticas desleais, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), para formulação da proposta o desconto indicado deverá ser APLICADO DE FORMA LINEAR na planilha de custos e formação de preços (preço unitário + BDI), procedimento que visa facilitar a gestão do contrato, simplificando o acompanhamento financeiro e garantindo maior previsibilidade orçamentária, além de prevenir práticas vedadas pelo TCU;

A Contratada deverá, ainda, garantir:

- A execução fiel dos serviços previstos nos documentos anexados ao edital, seguindo as diretrizes conceituais do Memorial Descritivo da solução arquitetônica, especificações técnicas, representações gráficas, Estudo Técnico Preliminar, Planilha Orçamentária, Cronograma, Projeto Básico, Projeto executivo e demais elementos contextuais do projeto apresentados pela contratante, respeitando-se as determinações do TR (Projeto Básico), legislação vigente e orientações da fiscalização ;
- A aquisição dos materiais a serem aplicados ou substituídos na obra em concordância com as determinações do projeto e especificações técnicas apresentadas pela contratante, salvo as exceções previstas na legislação;
- A implementação de processos e métodos executivos da obra de acordo com as normas técnicas vigentes e recomendações dos fabricantes ou detalhadas nas especificações técnicas apresentadas pela contratante;

A licitante deverá comprovar, na data de abertura das propostas, a disponibilidade de profissional(is) detentor(es) de atestado(s) de capacidade técnica, devidamente registrado(s) no CREA e/ou CAU da região onde os serviços serão executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT. A disponibilidade do(s) profissional(is) poderá ser demonstrada por vínculo empregatício, vínculo societário, contrato de prestação de serviços ou declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado, acompanhada de declaração de anuência deste. O profissional indicado deverá participar da execução do contrato, podendo ser substituído apenas por profissional de experiência equivalente ou superior, mediante anuência da Administração.

Esses documentos devem comprovar que o(s) profissional(is) executou(aram), para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, em qualquer esfera federativa, ou para empresa privada, serviços com características iguais ou similares aos seguintes:

1. Construção de edificações públicas ou privadas de uso coletivo, tais como instituições de ensino, culturais, desportivas, de saúde, administrativas ou outras de porte e complexidade equivalentes, com sistemas estruturais e de instalações prediais compatíveis com os previstos para o Campus IFRJ – Complexo do Alemão;
2. Obtenção de licenças municipais necessárias à execução de obras de engenharia, incluindo aquelas emitidas por concessionárias e pelo CBMERJ (Laudo de Exigências);
3. Obtenção do "habite-se" da obra projetada, o que pressupõe a obtenção da Licença Ambiental de Operação, do Certificado de Aprovação do CBMERJ e das licenças das concessionárias de água, esgoto e energia elétrica.

- A execução dos serviços em conformidade com a logística e infraestrutura existentes no mercado, para, dessa forma, facilitar a obtenção de preços mais competitivos;
- A priorização da infraestrutura de material e mão de obra existentes no município, de modo a promover o incremento na economia local;
- A contratante deverá promover, junto à contratada, visita técnica para conhecimento do local onde serão executados os serviços, dos acessos disponíveis, da logística de transporte, dos horários de trabalho e de todas as dificuldades que possam interferir na execução dos serviços;

- Os preços oferecidos durante a licitação deverão ser analisados e aprovados pelos Responsáveis Técnicos do TR (Projeto Básico);
- Os serviços NÃO são de natureza continuada;
- Critérios e práticas de sustentabilidade a serem veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada (IN 01/2010 MP);
- Utilização, quando possível e desde que não altere o equilíbrio econômico, a qualidade e a técnica do serviço, de materiais e insumos cuja produção respeite índices de sustentabilidade mínimos e características passíveis de permitir a reciclagem ou a decomposição natural no meio ambiente. Adicionalmente, a execução dos serviços deverá ser realizada por profissionais capacitados e experientes, de modo a reduzir a possibilidade e a gravidade dos erros de origem humana;

Sustentabilidade:

Os serviços prestados pela contratada deverão ser executados de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos;

Deverão ser observadas as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI /MP nº 1, de 19/01/2010 ;

O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR 10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR 10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Subcontratação:

É vedada a subcontratação total do objeto contratual. Será admitida a subcontratação parcial, limitada a parcelas acessórias ou de natureza especializada, desde que previamente autorizada pela Administração e mantida a responsabilidade integral da contratada pelo cumprimento das obrigações contratuais.

Nesse contexto, poderá a contratada, às suas expensas, contratar consultorias especializadas, fornecedores de partes e sistemas dedicados (tais como estrutura metálica, concreto usinado, elementos pré-moldados, sistemas de climatização, entre outros) ou formar consórcios e parcerias com profissionais ou empresas habilitados e experientes em áreas de atuação específica, desde que observadas as condições e limites a serem estabelecidos no edital e no contrato.

A subcontratação parcial não poderá ultrapassar o limite de **30%** do valor contratual, a ser definido no edital.

Garantia de contratação:

Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 98 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-lo, no máximo, até a data de assinatura do contrato administrativo.

A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato. O comprovante deverá ser apresentado à Diretoria de Licitações e Contratos do IFRJ, para a efetivação formal do contrato.

O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

## 7. Levantamento de Mercado

O tipo de serviço que se pretende contratar é amplamente disponibilizado pelo mercado nacional, havendo diversas empresas de engenharia aptas à execução de edificações públicas utilizando sistemas convencionais, metálicos ou baseados em elementos pré-moldados de concreto. Considerando a disponibilidade tecnológica e a difusão dos sistemas estruturais empregados em empreendimentos de médio e grande porte, verifica-se oferta suficiente para assegurar competitividade no processo licitatório e atendimento às necessidades técnicas previstas para implantação do Campus IFRJ – Complexo do Alemão.

Para definição da solução a ser adotada, foram avaliadas três alternativas estruturais usuais na construção civil contemporânea, considerando parâmetros como viabilidade técnica, logística de implantação, desempenho estrutural, sustentabilidade, custos, prazo, compatibilidade com o partido arquitetônico, exigências de manutenção, possibilidade de industrialização, qualidade final da obra e adequação ao Programa de Necessidades do campus.

As alternativas avaliadas foram as seguintes:

Alternativa	Descrição	Vantagens	Desvantagens
A	Estrutura convencional em concreto armado ( <b>proposta escolhida</b> )	Alta durabilidade	Maior tempo de execução
B	Estrutura metálica	Execução mais rápida, flexibilidade de projeto	Custo unitário superior
C	Pré-moldados de concreto	Boa padronização	Logística complexa para transporte e montagem

A solução em estrutura convencional de concreto armado (Alternativa A) foi considerada a mais adequada para o Campus IFRJ – Complexo do Alemão, sobretudo por apresentar o menor custo global dentre as três alternativas, conciliando economia, robustez estrutural e elevada durabilidade. Trata-se de um sistema amplamente utilizado no país, com grande disponibilidade de mão de obra especializada, insumos e fornecedores, o que favorece previsibilidade técnica e estabilidade de preços.

A solução em concreto armado também assegura facilidade de controle de qualidade, boa adaptação às características do terreno, possibilidade de ajustes in loco e atendimento adequado aos requisitos arquitetônicos e funcionais do campus. Ademais, o processo construtivo contribui para organização do canteiro, gestão de resíduos e mitigação de impactos no entorno, alinhando-se a princípios de sustentabilidade e eficiência executiva.

O mercado nacional conta com empresas plenamente capacitadas para projetar e executar estruturas convencionais de concreto armado, bem como fornecer os materiais e componentes necessários à sua implementação, garantindo competitividade e condições adequadas para execução da obra em conformidade com as exigências técnicas e normativas da Administração.

Dessa forma, o levantamento de mercado demonstra que a adoção da estrutura convencional em concreto armado representa a alternativa que melhor concilia viabilidade técnica, menor custo, eficiência construtiva, sustentabilidade e atendimento às necessidades do IFRJ para a implantação do Campus Complexo do Alemão.

## 8. Descrição da solução como um todo

Optou-se pela contratação de empresa especializada em Engenharia/Arquitetura e Urbanismo para a prestação de serviços relacionados à construção de edificações de uso público, adotando-se solução estrutural compatível com a implantação de um campus educacional de médio porte, em consonância com os parâmetros técnicos e operacionais definidos para a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

O desenvolvimento do projeto arquitetônico foi orientado para a construção de uma unidade de ensino direcionada à oferta de cursos técnicos, graduação e pós-graduação, estruturados especialmente nos eixos tecnológicos de Informação e Comunicação, Gestão e Negócios e Desenvolvimento Educacional e Social, conforme o planejamento pedagógico estabelecido pelo IFRJ. A proposta acadêmica, fundamentada em estudos socioeconômicos do território e em levantamento de expectativas da comunidade local, prioriza a formação de profissionais nas áreas de tecnologia da informação, administração, logística, marketing, secretaria escolar e processos educacionais, de modo a atender às demandas contemporâneas do mercado de trabalho na Zona Norte do Rio de Janeiro e às necessidades de qualificação da população do Complexo do Alemão.

Seguiu-se, portanto, o planejamento institucional orientado pela análise das dinâmicas econômicas da região — fortemente marcada pelo setor de serviços, pela expansão de atividades tecnológicas e pela ampla rede de estabelecimentos educacionais —, o que evidenciou a pertinência de uma matriz formativa voltada ao desenvolvimento tecnológico, à gestão operacional e ao suporte administrativo-educacional. A solução arquitetônica acompanha o programa básico preconizado pelo MEC para os Institutos Federais, devidamente adaptado às especificidades funcionais do futuro campus, às exigências curriculares dos cursos previstos e às particularidades do terreno destinado à implantação.

Uma vez definido o Programa de Necessidades, o fluxo normal do projeto conduziu à busca das alternativas iniciais para atender aos requisitos de espaço, modulação, setorização, interligação e aos limites estabelecidos pelos parâmetros urbanísticos do município. Foi, portanto, a sequência que conduziu ao projeto de arquitetura e às primeiras demarcações dos setores funcionais.

A partir dos setores principais do futuro campus, as áreas passaram a ser definidas conforme as funcionalidades previstas no Programa de Necessidades e na orientação do partido arquitetônico adotado:

Optou-se pela implantação de um conjunto edilício composto por volumes funcionais articulados entre si, de forma a atender integralmente ao Programa de Necessidades do Campus IFRJ – Complexo do Alemão e às diretrizes pedagógicas, administrativas e operacionais definidas pela instituição. A solução arquitetônica foi desenvolvida a partir da análise das condicionantes do terreno localizado na Avenida Itaóca, da relação com o sistema viário existente e da necessidade de organizar de maneira racional os fluxos de estudantes, servidores e serviços.

O Bloco Educacional, estruturado em dois pavimentos, constitui o núcleo acadêmico do campus, abrigando salas de aula, laboratórios, salas de professores, coordenações, gabinetes e ambientes de apoio ao ensino. Sua volumetria centralizada favorece a distribuição dos fluxos e a integração entre os setores acadêmicos e administrativos. Em atendimento às diretrizes funcionais do campus, o Auditório – originalmente previsto como unidade independente – foi incorporado a este edifício, fortalecendo sua centralidade e ampliando sua capacidade de suporte a atividades institucionais, culturais e formativas.

O Ginásio Poliesportivo, instalado em posição lateral ao conjunto acadêmico, foi dimensionado para atender práticas esportivas, atividades pedagógicas e eventos da comunidade escolar. Sua localização estratégica garante isolamento acústico em relação às atividades teóricas, além de acesso facilitado a partir do estacionamento.

O Edifício de Alimentação e Serviços (Restaurante e Terceirizados), implantado em área favorável à logística operacional, abriga o restaurante estudantil, cozinhas, áreas técnicas e ambientes destinados a serviços terceirizados. Sua implantação evita interferências com a circulação acadêmica e garante conexões diretas com áreas externas e de convivência.

Os acessos ao campus foram organizados para otimizar fluxos e garantir segurança. A implantação geral respeita os afastamentos urbanísticos, áreas permeáveis e diretrizes do partido arquitetônico, resultando em um conjunto coerente, funcional e compatível com as exigências institucionais do IFRJ.

#### Requisitos Gerais dos Serviços:

- A contratação desse objeto não se enquadra nas hipóteses previstas no Art. 3º do Capítulo II do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, estando, portanto, apto a ser executado de maneira indireta pela Administração, mediante contratação;
- O objeto será contratado sem dedicação exclusiva de mão de obra;
- A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta;
- O prazo de execução dos serviços será de 22 (vinte e dois) meses, contados a partir da emissão da Ordem de Início de Serviço;
- O prazo de vigência, será de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da assinatura do contrato, incluído o prazo de execução citado no item anterior;

#### Requisitos Específicos dos Serviços:

- A empresa contratada deverá fornecer relatórios periódicos de progresso da obra, conforme estipulado no cronograma estabelecido, para acompanhamento e controle da Administração;
- A contratada deverá assegurar a qualidade e o desempenho dos materiais e serviços utilizados na obra, atendendo aos padrões estabelecidos nos documentos técnicos e normas aplicáveis;
- A empresa contratada deverá implementar medidas adequadas de gestão ambiental e de segurança do trabalho durante a execução da obra, visando minimizar impactos ambientais e garantir a integridade e a segurança dos trabalhadores;
- A contratada deverá manter uma comunicação eficaz com a Administração, cooperando em todas as etapas do processo e fornecendo informações e esclarecimentos necessários de forma oportuna;
- A empresa contratada deverá estabelecer procedimentos para a resolução eficiente de conflitos e reclamações que possam surgir durante a execução da obra, buscando soluções amigáveis e rápidas.

#### Classificação dos serviços:

O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como "Obra de engenharia", conforme definido no Título I, Capítulo III, Art. 6º, Inciso XII da Lei nº 14.133/2021.

Aplicam-se à presente contratação as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 - Nova Lei de Licitações e Contratos. e as disposições que serão estabelecidas no Termo de Referência e em seus Anexos.

Os projetos de arquitetura e complementares que instrumentalizam a presente contratação foram elaborados seguindo a metodologia BIM (Modelagem de Informação da Construção), conforme orientação de preferência contida no Art. 19, Inciso V, § 3º do Título II, Capítulo II, Seção I, da Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021.

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27/09/2021.

## 9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A equipe técnica declara que os quantitativos a serem contratados correspondem aos dados reais do projeto básico e dos projetos executivos da futura obra. Os projetos executivos de cada disciplina da engenharia, além de levantamentos feitos no local do empreendimento, considerando a quantidade real

a ser utilizada para cada tipo de serviço, comporão o orçamento final da obra de engenharia. Dessa forma, os quantitativos são fidedignos às necessidades e podem ser verificados. Os serviços e materiais mensurados levantados, de forma definitiva, com base no projeto executivo, memoriais e especificações serão relacionados na planilha analítica que acompanhará o Termo de Referência (Projeto Básico) anexo ao futuro Edital.

## 10. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 28.367.748,08

O custo estimado da contratação é de **R\$ 28.367.748,08** (vinte e oito milhões, trezentos e sessenta e sete mil, setecentos e quarenta e oito reais e oito centavos), que equivale ao somatório bruto do resultado da multiplicação dos custos individuais por cada serviço ou material quantificados na planilha simplificada mencionada no item 9. Os valores foram pesquisados nas tabelas de referência SINAPI/SCO/SBC/EMOP, podendo sofrer ajustes caso os valores sofram atualizações até a data da publicação deste documento. No TR (Projeto Básico) que embasará o processo para a futura licitação constará a planilha orçamentária definitiva entre os seus anexos.

## 11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O presente Estudo Técnico Preliminar visa subsidiar a definição da solução mais adequada para a contratação dos serviços de engenharia necessários à implantação do Campus IFRJ – Complexo do Alemão, em conformidade com as condições e especificações aqui estabelecidas e com os documentos técnicos que comporão o Termo de Referência (Projeto Básico), o Edital e seus anexos.

O critério de julgamento a ser adotado será o de maior desconto sobre o preço global constante do orçamento-base do projeto, observando-se integralmente as exigências contidas no Edital quanto à caracterização do objeto, à qualificação técnica da pessoa jurídica e à apresentação de atestados que comprovem experiência compatível com a natureza e a complexidade da obra a ser executada.

Considerando-se a natureza contínua e interdependente dos serviços que compõem a execução do empreendimento, recomenda-se que a contratação ocorra de forma unificada, sem parcelamento. A centralização das responsabilidades em uma única contratada propicia melhor coordenação técnica entre as etapas, assegura maior controle da Administração sobre o andamento das atividades e contribui para a obtenção de resultados mais consistentes.

A adoção de um único responsável pela execução integral dos serviços favorece o acompanhamento físico e financeiro, facilita a gestão dos prazos e reduz riscos de incompatibilidades técnicas entre diferentes frentes de trabalho. Em empreendimentos caracterizados por interfaces diretas entre fundações, estrutura, instalações e acabamentos, eventuais atrasos em uma etapa tendem a comprometer o desempenho global do projeto, gerando potenciais impactos sobre custos e prazos.

Diante da complexidade do objeto, da necessidade de coordenação entre as diversas disciplinas envolvidas e dos riscos decorrentes de fragmentação contratual, conclui-se que o não parcelamento da contratação representa a solução mais adequada sob os aspectos de economicidade, continuidade e eficiência na execução dos serviços, atendendo plenamente aos interesses da Administração.

## 12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A presente contratação configura-se como uma atividade finalística, caracterizada por sua execução em evento único, não demandando contratações adicionais para a conclusão do objeto aqui previsto. O conjunto de serviços de engenharia necessários à implantação do Campus IFRJ – Complexo do Alemão encontra-se integralmente contemplado no escopo desta contratação, não havendo previsão de contratações prévias ou paralelas que guardem relação direta ou dependência técnica com o empreendimento.

Não foram identificadas, portanto, contratações correlatas ou interdependentes que se articulem de forma necessária ou sequencial ao objeto principal, uma vez que a solução proposta contempla todas as etapas de execução da obra em sua totalidade, conforme planejamento estabelecido.

Ressalta-se, entretanto, que, após a entrega definitiva da edificação, serão naturalmente exigidas contratações futuras vinculadas à operação, manutenção e assistência técnica de equipamentos e sistemas instalados, como climatização, geração de energia, elevadores, tecnologias da informação, sistemas hidrossanitários, GLP, áreas verdes, entre outros inerentes ao funcionamento regular de edificações públicas de porte semelhante ao do Campus Complexo do Alemão. Tais contratações, contudo, não possuem caráter interdependente com a presente obra, pois decorrem do ciclo operacional subsequente à entrega do empreendimento.

## 13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A construção do Campus Complexo do Alemão do IFRJ atende às diretrizes de modernização da infraestrutura escolar previstas no Plano Nacional de Educação (PNE) e ao atual programa de expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica do governo federal.

O presente objeto de contratação encontra-se devidamente previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) do exercício de 2026, com os seguintes detalhes:

I. ID PCA no PNCP: 10952708000104-0-000009/2026;

II. Data de publicação no PNCP: 15/05/2025;

III. ID do item no PCA: 1222;

IV. Classe/Grupo: 542 - SERVIÇOS GERAIS DE CONSTRUÇÃO PARA OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL;

V. Identificador da Futura Contratação: 158157-88/2026.

A previsão mencionada assegura o alinhamento desta contratação com o planejamento institucional, conforme determina a legislação aplicável, garantindo a conformidade do processo com o Plano de Contratações Anual.

## 14. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A presente contratação tem como principal benefício a implantação de infraestrutura física definitiva para a oferta de educação pública, profissional, científica e tecnológica na região do Complexo do Alemão, atendendo às diretrizes de expansão da Rede Federal e às metas institucionais do IFRJ. A instalação do campus viabilizará a ampliação da oferta de cursos técnicos, de formação inicial e continuada, graduação e atividades de pesquisa e extensão, estruturando espaços adequados às demandas formativas identificadas no Plano de Implantação, elaborado com base em estudos socioeducacionais e em consultas à comunidade local.

A contratação possibilitará a construção de ambientes pedagógicos, laboratórios, biblioteca, auditório, ginásio poliesportivo, restaurante estudantil, áreas de convivência e setores administrativos, garantindo condições apropriadas para o desenvolvimento de atividades acadêmicas integradas e para o atendimento às necessidades dos estudantes, em consonância com a tipologia institucional prevista para um campus de porte médio. A oferta estruturada desses espaços contribuirá para ampliar o acesso da população jovem e adulta a itinerários formativos completos, respondendo à carência regional de ensino técnico e superior público, em especial considerando a baixa disponibilidade de cursos integrados ao Ensino Médio na cidade do Rio de Janeiro.

O campus terá papel relevante na redução das desigualdades sociais e educacionais da região, fortalecendo oportunidades de formação profissional, inclusão produtiva e desenvolvimento socioeconômico. A presença do IFRJ permitirá estabelecer ações articuladas com arranjos socioprodutivos locais, desenvolver projetos de pesquisa e extensão voltados às demandas da comunidade e promover maior integração entre escola, trabalho e cidadania.

Além disso, a implantação do campus proporcionará condições para expansão gradual da capacidade de atendimento, estimada em até 1.400 estudantes segundo a tipologia 70/45, criando novas oportunidades de permanência e êxito escolar. Dessa forma, a contratação representa um passo essencial para consolidar a política pública de expansão da Rede Federal e assegurar à população do Complexo do Alemão o acesso a uma infraestrutura educacional moderna, inclusiva e socialmente referenciada.

## 15. Providências a serem Adotadas

A presente contratação poderá ser complementada, a critério da Administração, pela contratação de empresa especializada em gerenciamento, supervisão e fiscalização de obras públicas, com o objetivo de assegurar suporte técnico qualificado à execução do empreendimento e garantir o atendimento integral às normas aplicáveis, aos requisitos de desempenho e às melhores práticas de engenharia e arquitetura.

Tal contratação, caso venha a ocorrer, não altera o caráter finalístico da obra principal, mas constitui medida de governança e de reforço técnico, destinada a ampliar a capacidade institucional de acompanhamento do contrato, promover maior rigor nos controles de qualidade, prazos e custos, e assegurar a conformidade dos serviços executados com o projeto aprovado e com os parâmetros exigidos pela Administração Pública.

Ressalta-se que a eventual contratação de serviços de gerenciamento e fiscalização tem natureza acessória e instrumental, não se configurando como etapa necessária ou interdependente para a conclusão da obra em si, mas como mecanismo de apoio técnico especializado, destinado a fortalecer a gestão do contrato e reduzir riscos inerentes à execução de obras públicas de porte e complexidade compatíveis com o Campus IFRJ – Complexo do Alemão.



Por fim, destaca-se que essa contratação, por sua própria natureza de acompanhamento técnico, não modifica o escopo da obra nem interfere na solução arquitetônica ou no conjunto de entregáveis previstos. Trata-se de instrumento suplementar, acionado conforme necessidade institucional, com vistas a qualificar o acompanhamento, mitigar eventuais inconsistências construtivas e assegurar a entrega final do empreendimento dentro dos padrões de qualidade, economicidade e segurança estabelecidos pela Administração.

Importante:

**O presente Estudo Técnico Preliminar, por apresentar informações que orientam exclusivamente a Administração no seu processo interno de tomada de decisões, NÃO será anexado ao edital convocatório e nem será parte integrante do Termo de Referência (Projeto Básico) que instrumentalizam a presente contratação. Essa restrição se baseia na seguinte jurisprudência do TCU:**

"Acórdão 2273/2024-Plenário: A Lei 14.133/2021 não obriga a inclusão do estudo técnico preliminar (ETP) como anexo do instrumento convocatório, mas, caso o órgão promotor do certame considere que a divulgação do ETP melhor embase os licitantes para sua participação no processo, não há óbice quanto à sua publicação, desde que os riscos de informações conflitantes com o termo de referência (TR) sejam mitigados previamente".

## 16. Possíveis Impactos Ambientais

A Contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, conforme orientações do art. 6º da IN nº 01/2010. É dever da Contratada a promoção de curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço. A empresa a ser contratada deverá seguir as informações relacionadas à sustentabilidade já incluídas neste estudo preliminar, que aborda os requisitos gerais da contratação (item 6).

O principal impacto ambiental da presente contratação refere-se a disposição final dos elementos a serem retirados da obra. Dessa forma, a destinação adequada e a forma de disposição dos resíduos deverão ser observadas assiduamente pela fiscalização.

Outro cuidado importante refere-se a utilização eventual de água para a limpeza ou auxílio à preparação dos elementos construtivos. Deverá ser evitada qualquer infiltração de materiais ou soluções que contaminem o terreno.

Atenção especial será direcionada ao uso de solventes e elementos de pintura, para que eles não contaminem o ambiente ou possam oferecer risco à saúde dos trabalhadores. Dessa forma, no local de utilização ou preparo desses materiais, deverá ser assegurada a contenção e oferta dos equipamentos de proteção adequados.

## 17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 17.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação mostra-se tecnicamente adequada e economicamente justificável, atendendo ao interesse público e observando integralmente os princípios que regem a Administração Pública. A implantação do Campus IFRJ – Complexo do Alemão representa uma ação estratégica para a ampliação da oferta educacional na região, contribuindo diretamente para o desenvolvimento social, educacional e urbano no entorno comunitário, em consonância com as diretrizes nacionais de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

## 18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**SERGIO BERNARDO DOS SANTOS**

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 23/02/2026 às 17:26:40.

**ALDEMBAR DE ANDRADE SARMENTO**

Membro da comissão de contratação

## MODELO DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

## OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA – LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA



## INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

(Processo Administrativo nº 23270.003512/2025-18)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/XXXX, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A) INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO E .....

A União por intermédio do(a) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, com sede no(a) Rua Buenos Aires, 256, Centro, na cidade de Rio de Janeiro/RJ, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 10.952.708/0001-04, neste ato representado(a) pelo(a) Magnífico Senhor Reitor, Rafael Barreto Almada, nomeado(a) pelo Decreto de 25 de maio de 2022, publicada no D.O.U de 26 de maio de 2022, portador da Matrícula Funcional nº 2566347, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 23270.003512/2025-18 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Concorrência nº 90001/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para a realização de obra para a construção e implantação do campus Complexo do Alemão, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de Obra para Construção do Campus Complexo do Alemão	1619	Unidade	1	R\$28.367.748,08	R\$28.367.748,08

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução é o de empreitada por preço global.

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **36 meses** contados do(a) **assinatura do contrato**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. O valor total da contratação é de **R\$ 28.367.748,08 (Vinte e oito milhões, trezentos e sessenta e sete mil, setecentos e quarenta e oito reais e oito centavos)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja

substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto CONTRATADO;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 dias;

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

8.1.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

8.1.16. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo CONTRATADO, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;

8.1.17. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

8.1.18. Exigir do CONTRATADO que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

8.1.18.1. "As built", elaborado pelo responsável por sua execução;

8.1.18.2. Comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;

8.1.18.3. Laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

8.1.18.4. Carta "habite-se", emitida pela prefeitura; e

8.1.18.5. Certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

8.1.19. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;

9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.35. Efetuar comunicação ao CONTRATANTE, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

9.36. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo CONTRATANTE;

9.37. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;

9.38. Apresentar ao CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

9.39. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

9.40. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;

9.41. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do CONTRATANTE;

9.42. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;



9.43. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;

9.44. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

9.45. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto;

9.46. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

9.47. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:

9.47.1. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

9.47.2. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

9.47.3. florestas plantadas; e

9.47.4. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

9.48. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

9.48.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

9.48.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;

9.48.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

9.48.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o CONTRATADO deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

9.49. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, nos seguintes termos:

9.49.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou

do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

9.49.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 2002, o CONTRATADO deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.49.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

9.49.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

9.49.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.49.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.49.3. Em nenhuma hipótese o CONTRATADO poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

9.49.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o CONTRATADO comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

9.50. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.50.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

9.50.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 1990, e legislação correlata.

9.51. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

9.52. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.53. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

9.54. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

9.55. Constitui obrigação da CONTRATADA a apresentação e a juntada ulterior aos autos do processo administrativo do respectivo Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Termo de Responsabilidade Técnica – TRT, conforme a natureza dos serviços de arquitetura, engenharia ou técnica industrial objeto da contratação e o conselho profissional competente, para fins de identificação da responsabilidade técnica pela execução contratual.

9.55.1. O documento referido no item anterior deverá identificar de forma clara e inequívoca o profissional legalmente habilitado responsável pela execução dos serviços, devendo ser apresentado no prazo estabelecido pela Administração ou, no máximo, até o início da execução contratual, constituindo requisito indispensável para a regularidade da execução do contrato, sem prejuízo das demais obrigações legais, regulamentares e contratuais aplicáveis.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro

individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.8.3. Das indenizações e multas.

13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO**

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal no Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2026.

---

Representante legal do CONTRATANTE

---

Representante legal do CONTRATADO